

“MONARQUIA”, DE DANTE ALIGHIERI

Rodrigo Gama Croches¹

Paulo Sérgio da Silva²

Luciana Campanelli Romeu³

O presente estudo tem como intuito destacar e sintetizar os principais argumentos formulados por Dante Alighieri na obra intitulada *Monarquia*⁴. Ressalta-se, desde já, que esta resenha buscará apontar as teses do autor acerca do reconhecimento da centralidade do poder com o aprimoramento da ideia de governo, a defesa da separação entre o poder espiritual e temporal, bem como sua contribuição na formação do Estado moderno.

Antes de se passar à abordagem de referido texto, é importante destacar algumas passagens da vida de Dante, o que facilitará a compreensão da obra aqui analisada. Nascido em Florença, no ano de 1265, foi um político influente em sua época – talvez daí advenha seu interesse em escrever o livro e sua contribuição para a Ciência Política. Também foi poeta, tendo escrito *A Divina Comédia*⁵, que se tornou a base da língua italiana moderna. Devido a seu envolvimento com a política, foi exilado de sua terra natal, oportunidade em que escreveu *Monarquia*, provavelmente no ano de 1313. Morreu em 1321, com 56 anos, em Ravena, sem nunca ter retornado a Florença.

Em *Monarquia*, Dante elaborou um tratado político em que defende a tese da separação entre os poderes (temporal e espiritual). Com a independência entre o poder temporal do espiritual, até então entendia-se que o poder do governante estava subordinado ao poder da Igreja. Assim, as ideias políticas de Dante encontraram grande resistência da Igreja, tendo o livro sido incluído no

¹ Mestrando em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduado em Direito Previdenciário pela UGF e graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Professor do curso de Direito da Faculdade Pitágoras e da UNIPAC em Uberlândia. Servidor público federal e advogado inscrito na Subseção da OAB em Uberlândia/MG.

² Professor do programa de mestrado em Direito da UFU.

³ Doutoranda em Direito pela USP.

⁴ No original: *De Monarchia*.

⁵ Conjunto de poemas escrito em italiano, e não em latim, como era o costume da época; e que se tornou a referência da língua italiana moderna. Está dividido em três partes, a saber: “Inferno”, “Purgatório” e “Paraíso”.

*Index*⁶, somente sendo retirado no final do século XIX. Frise-se que os argumentos de Dante serviram de base para a construção teórica dos Estados modernos.

E, nesse sentido, é que Dante Alighieri desenvolve o trabalho ora sob análise. Seu objeto é a elaboração de argumentos históricos e filosóficos que permitiram a estruturação de um Estado laico, deixando claro que as esferas de poder são completamente independentes. Como pensador social, sua obra foi fundamental para o entendimento de que os poderes que regem a sociedade (Deus, o papa e o imperador) devem se estabelecer de forma separada.

A obra foi dividida em três capítulos, a saber, Livro Primeiro: “Necessidade da Monarquia”; Livro Segundo: “Legitimamente, o Povo Romano Assumiu a Monarquia, ou seja, o Império”; e Livro Terceiro: “A Autoridade do Monarca, ou seja, do Império, Emanada Diretamente de Deus”.

Na primeira parte do livro, Dante parte da explicação de que o homem vive em sociedade e, por isso, somente consegue alcançar seu objetivo no meio social. Dessa forma, faz a distinção de dois planos: um espiritual e outro terreno, separando as chamadas ordens éticas; e isso é o principal argumento sob o qual elabora toda a tese defendida ao longo do texto.

A finalidade do homem somente é atingida pela busca e concretização da paz, e essa condição só é alcançada com o estabelecimento de um governo universal, isto é, um governo que se estende por toda a humanidade. Daí a necessidade de uma única lei como norma a reger todos os homens. Como se parte do pressuposto de que deve haver uma única lei, é necessário que se tenha, obviamente, um único governante.

Por meio do governo universal poderá a humanidade viver em paz e atingir dois objetivos necessários para a boa convivência entre os homens, quais sejam, a justiça e a liberdade. Para tanto, o governante deve ser dotado de um poder que lhe confira a possibilidade de realizar atos de justiça. E, por ser um governante que tudo tem, já que governa todas as coisas na Terra, nada precisa e nada quer.

No segundo livro, o autor elenca uma série de fatos históricos que comprovam sua teoria do governo universal. Demonstra que o Império Romano dominou todo o universo e que isso é prova da vontade divina, sendo certo que os romanos fizeram-no não pela imposição arbitrária, mas sim porque tinham o direito de fazê-lo.⁷

⁶ *Index Librorum Prohibitorum* – lista das obras literárias que eram proibidas pela Igreja; teve publicações entre os anos de 1559 e 1948.

⁷ É importante transcrever algumas passagens da obra que se relacionam com o assunto: “Efetivamente, se o Império Romano resultar formado conforme o Direito, não somente erguer-se-á a névoa que cega esses príncipes que pela força ocuparam o poder e apreciam imaginar haver o povo romano agido de modo

Define, bem assim, o conceito de Direito, que para Dante seria o mesmo que a definição de proporção: “o direito é uma proporção real e pessoal de homem para homem que, servida, serve a sociedade e, corrompida, a corrompe” (*Ibid idem*, p. 71)

Por último, no terceiro livro, arremata as ideias defendidas nas passagens anteriores ao discorrer que o governo universal é necessário. Em outras palavras, faz parte da própria natureza das coisas. Como se trata de um tratado de filosofia política, arrola argumentos para defender a dualidade de esferas. De um lado, tem-se a esfera terrena, que deve ficar sob a responsabilidade do imperador, do governante temporal, e, do outro, a esfera espiritual, cujo cuidado compete aos membros da Igreja. Tais esferas não estão subordinadas entre si, mas devem buscar cada qual atingir objetivos próprios que podem ser definidos na realização da justiça e da convivência pacífica entre os homens (responsabilidade da monarquia) e preparação para a vida espiritual (responsabilidade da Igreja).⁸

Essa independência de esferas e a ausência de subordinação entre o poder temporal e o espiritual são as grandes contribuições de Dante para a filosofia política. Afirma que o poder do monarca emana diretamente de Deus, ou seja, não depende da interferência nem da aquiescência dos membros da Igreja. Até então, repita-se, prevalecia o entendimento de que o poder temporal estava subordinado ao poder espiritual.⁹

igual ao seu, como também propiciarei que todos os homens se proclamem libertos da sujeição àqueles usurpadores. [...] Digo, pois, haver sido por direito, e não por usurpação, que, sobre todos os mortais, o povo romano assumiu o império. Afirmção assim provada: ao mais nobre dentre os povos cabe dirigir os demais, e porque o povo romano foi nobilíssimo, incumbiu-lhe comandar os outros. O argumento invocado testemunha que ‘sendo a honra recompensa da virtude’ e sendo honra toda supremacia, segue-se que toda supremacia é recompensa da virtude. Ademais, é manifesto que pelo cultivo da virtude fazem-se nobres os homens, ou por virtude própria ou pela virtude dos antepassados.” (ALIGHIERI, 2006, p. 62 e 65)

⁸ A esse respeito, confira a passagem extraída da obra: “Rejeitamos os erros apresentados como argumentos pelos que afirmam depender a autoridade do Príncipe Romano daquela do Pontífice Romano; retorno a justificação desta terceira parte do meu trabalho. A verdade do que afirmo estará suficientemente estabelecida, pois, invocando princípio anteriormente debatido, demonstrarei que a autoridade imperial promana diretamente da sumidade sobre os seres: Deus. Provarei não ser a autoridade da Igreja a origem da autoridade do Império porquanto somente a autoridade daquela suscita debates. Depois, provarei que a autoridade do Império depende diretamente de Deus. Que a autoridade da Igreja não seja a causa daquela do Império assim se prova: não depende de um causa aquele efeito que possa existir sem tal causa. E já em tempo em que a Igreja não existia ou não atuava, o Império exercia o poder em plenitude. Por conseguinte, a Igreja não é causa do poder do Império, nem autoridade dele, sendo como são, uma só coisa o poder e a autoridade.” (*Ibid idem*, p. 128)

⁹ Esse trecho comprova a afirmação: “Semelhantermente, afirmo, o poder temporal não recebe daquele espiritual nem o existir, nem os poderes que conformam a sua autoridade; sequer o puro e simples exercer-se. Mas, sim, recebe infusões de graça que, ministrada por Deus desde o céu e por meio de bênçãos do pontífice na Terra, imperem maior eficácia ao seu operar. Portanto, o argumento a que nos atemos peca pela forma: o predicado da conclusão não é extremidade da premissa maior. Aqueles argumentadores a quem contestamos raciocinam assim: a Lua recebe luz do Sol, o qual representa o poder espiritual sendo a Lua o poder temporal; logo, a autoridade do poder temporal provém do poder espiritual. Na maior, situam

Com efeito, a homem é dotado de duas partes: uma mortal e outra imortal, e deve, por isso, ter suporte para atingir os objetivos de cada um desses âmbitos. Cabe ao monarca conduzi-lo ao fim terreno, à felicidade temporal; e ao papa, prepará-lo para a vida espiritual.

Depreende-se que a obra em comento carrega teses importantes para o Direito como a ideia de governo universal; a separação das ordens éticas (religião/direito) e os conceitos de liberdade, justiça e paz.

Ademais, os fins do homem é que determinam a necessidade de dois governantes na Terra – um que cuidará da promoção das necessidades materiais e outro que cuidará da preparação para a vida ultraterrena.¹⁰ Para Dante, a paz é a condição ideal para a humanidade alcançar seu fim; essa paz somente é atingida por meio da harmonia ou ordem. No caso de existência de conflitos, caberá ao governante universal a resolução da controvérsia, restabelecendo a paz entre os litigantes.

Na época em que viveu o autor, ainda não havia uma clara separação entre a religião e o Direito; talvez seja essa a maior contribuição da obra para o estabelecimento dos Estados laicos e o respeito à liberdade¹¹, que anos depois serviu de fundamento para a teoria constitucional. Dessa maneira, fica clara a separação das competências; não cabe ao papa editar normas de caráter jurídico nem tampouco cabe ao imperador impor normas de cunho espiritual. Como dito, são esferas que devem se manter separadas.

Assim, o homem tem o direito de viver em paz com a justiça como alicerce da convivência social. Com isso, Dante dá o primeiro passo na construção do pensamento moderno e na defesa da independência entre os poderes (secular e espiritual).

Destarte, a ideia de governo universal relaciona-se à não internacionalização dos conflitos entre os países. A monarquia, para Dante, não pode ser entendida como direito de ocupar o poder de forma hereditária, mas sim no sentido de que apenas um deve deter o poder universal, em contraposição à ideia de república como governo de muitos.

luz, e no predicado da conclusão, a autoridade. E luz e autoridade, conforme vimos, são coisas diferentes, tanto quanto ao sujeito como em referência à razão.” (*Ibid idem*, p. 110)

¹⁰ Nesse sentido, o autor afirma que: “Ao homem, portanto, em atenção ao seu fim duplo resultou necessário um poder duplo: o do soberano Pontífice, o qual, conforme a revelação, orienta o gênero humano para a felicidade espiritual; e o do Imperador que, segundo os ensinamentos dos filósofos, conduz os homens para a felicidade temporal.” (*Ibid idem*, p. 135)

¹¹ Acerca da liberdade, fundamental destacar a seguinte transcrição retirada da obra em comento: “O gênero humano, quando inteiramente livre, otimamente vive. Essa afirmativa ganha evidência se se considera qual seja o princípio da liberdade. Tenha-se presente, desde logo, que o princípio fundamental da liberdade é o livre-arbítrio que muitos ostentam na boca e pouco no intelecto. Afirmam a existência do livre-arbítrio, ou seja, o livre julgar segundo a livre vontade.” (*Ibid idem*, p. 47)

Nesse sentido, o homem encontraria a paz e viveria em ordem pela submissão de todos ao imperador.¹² A dupla finalidade do ser humano é viver bem na Terra para receber a felicidade no céu. Não obstante, o pensamento de Dante é uma utopia na medida em que todos os homens teriam direito de ser livres e de terem sua dignidade preservada.

Com uma visão perfeita do ordenamento humano, ou seja, uma utopia política que, se estabelecida, garantiria a felicidade pessoal e coletiva do homem, Dante acreditava que a monarquia resolveria os problemas do mundo físico.

Em síntese, a *Monarquia* de Dante tem como principais teses a necessidade de um único soberano, já que existe apenas um Deus. A monarquia (como autoridade suprema sobre a humanidade) é a única forma de governo capaz de assegurar a felicidade temporal. As provas colecionadas pelo autor, notadamente na segunda parte do livro, demonstram a predestinação dos romanos e de Roma para governar o mundo, inclusive com o estabelecimento da Justiça e do Direito.

Ressalta-se, por fim, que o governo secular não depende nem emana do governo espiritual, não cabendo, portanto, ao papa escolher o imperador.¹³ Dessa forma, assim como o homem é dividido em corpo e alma, devem-se estabelecer dois governos um temporal, que cabe ao imperador, e outro espiritual, que cabe ao papa. Fica clara a necessidade de separação entre o Estado e a Igreja (poder secular e poder papal).

A centralidade do poder defendida por Dante em *Monarquia* serviu de fundamento para a verticalização do poder quando da formação dos Estados modernos, bem como contribuiu para as ideias de Maquiavel de transformar o Estado em objeto; com isso, foi possível o estabelecimento de um sistema normativo editado por uma autoridade central.

¹² Segundo Dante, o estabelecimento de um governo universal é o alicerce do seu pensamento político: “O sentido correto de expressão ‘o gênero humano pode ser governado por um príncipe’ é este: nos pontos comuns a todos os homens, o gênero humano deve ser governado pela monarquia universal para que uma lei única o encaminhe à fruição da paz. Lei que os príncipes particulares receberão do monarca, do modo pelo qual o intelecto prático recebe do especulativo a proposição maior que lhe comanda a conclusão, acrescentando a esta a sua própria proposição ou objetivo, para só então atuar. Isso não apenas é realizar por um só como necessita de que um só proceda a fim de que não advenham confusão e prejuízo aos princípios universais.” (*Ibid idem*, p. 53)

¹³ Com esta passagem, o autor sintetiza os argumentos de sua tese: “Resulta evidente que a autoridade do monarca temporal chega até ele sem intermediário, desde a Fonte universal da autoridade, a qual Fonte, do âmago da sua unicidade, por múltiplos veios espargue abundantemente a linfa da bondade divina. Nesse ponto, creio ter cumprido satisfatoriamente o propósito deste livro. Está comprovada a veracidade das questões propostas: na primeira, que para o bem-estar universal o monarca é necessário; na seguinte, debatendo se o povo romano legitimamente é o que se atribuíra o império e, por fim, nesta terceira, discutindo se a autoridade do imperador depende diretamente de Deus ou se de outro homem.” (*Ibid idem*, p. 136)

Referência

ALIGHIERI, D. *Monarquia*. Tradução, introdução e notas de Hernâni Donato. São Paulo: Ícone, 2006.

Recebido em: 12/11/2013

Aprovado em: 14/12/2013